



RDC ELETRÔNICO Nº 04/2019

PROCESSO Nº 23110.028309/2019-31

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Hospital Escola da Fundação Universidade Federal de Pelotas**, por meio da **Comissão Permanente de Licitações**, devidamente constituída pela Portaria 2484, de 16 de setembro de 2019 do Gabinete do Reitor desta IFES, sediada na Rua Gomes Carneiro, 01 – Campus Porto, Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610, realizará licitação na modalidade **REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – RDC**, com critério de julgamento do tipo “**maior desconto**”, sob o regime de “**empreitada por preço unitário**”, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA PARA ADEQUAÇÃO A IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA DO HOSPITAL ESCOLA UFPEL EBSERH, EM PELOTAS/RS**, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos, na data, horário e local indicados abaixo. O procedimento licitatório obedecerá a Lei 12.462, de 04 de agosto de 2011, o Decreto 7.581, de 11 de outubro de 2011 e, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, no que for aplicável, a Lei 13.414 de 10 de janeiro de 2017, a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como a legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

Data: 15 de outubro de 2019

Horário: 14h00min (quatorze horas - horário de Brasília)

Código UASG: 154047

1.1. O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de Edital no site www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário da abertura da licitação (definidos acima), exclusivamente por meio eletrônico.

1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto desta licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA PARA ADEQUAÇÃO A IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA DO HOSPITAL ESCOLA UFPEL EBSERH, EM PELOTAS/RS**, com fundamento legal no parágrafo 3º do artigo 1º da Lei nº 12.462/2011, de acordo com as exigências e demais condições e especificações expressas neste Edital e em seus Anexos.

2.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 2.2.1. ANEXO I** – Projeto Básico - Caderno de Encargos com anexo dos Procedimentos de Segurança do Trabalho
- 2.2.2. ANEXO II** – Planilha orçamentária
- 2.2.3. ANEXO III** – Cronogramafísico-financeiro
- 2.2.4. ANEXO IV** – Planilhas com Composição do BDI
- 2.2.5. ANEXO V** – Projetos
- 2.2.6. ANEXO VI** – Arquivos de apoio ao orçamento da obra
- 2.2.7. ANEXO VII** – Modelo de declaração de vistoria (Atestado de Visita Técnica)
- 2.2.8. ANEXO VIII** – Modelo de declaração de responsabilidade
- 2.2.9. ANEXO IX** – Modelo para apresentação da proposta
- 2.2.10. ANEXO X** – Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental
- 2.2.11. ANEXO XI** – Minuta de Contrato

3. DO FUNDAMENTO LEGAL, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DIRETRIZES DA LICITAÇÃO

3.1. A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos, pela Lei nº 12.462, de 05 de Agosto de 2011, pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, e demais normas aplicáveis ao RDC.

3.1.1. Nos termos do §2º do art. 1º da Lei nº 12.462/2011, a UFPel opta pela licitação por meio do Regime Diferenciado de Contratação, ficando afastada a aplicação da Lei nº 8.666/93 na regulamentação do procedimento licitatório, exceto nos casos expressamente previstos naquela Lei.

3.2. Fundamento legal: ART. 1º, §3º, DA LEI Nº 12.462, DE 05 DE AGOSTO DE 2011

3.3. Forma de Execução da Licitação: **ELETRÔNICA**

3.4. Modo de Disputa: **ABERTO**

3.5. Regime de Contratação: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**

3.5.1. Em casos que a licitante entender que o valor referência não atende ao praticado no mercado, a mesma deverá se pronunciar oficialmente à CPL, conforme prazos estipulados pelo Art. 41 § 1 da Lei 8666/93.

3.6. Critério de julgamento: **MAIOR DESCONTO**

3.7. Estimativa orçamentária: R\$ 208.334,60 (Duzentos e oito mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos).

3.8. O prazo de apresentação de proposta pelos licitantes será o previsto no inciso II alínea “a” do art. 15 da lei nº 12.462/2011, ou seja, de no mínimo 15 (quinze) dias úteis para apresentação de propostas, contados a partir da data de publicação do instrumento convocatório.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital e seus anexos, poderão participar desta licitação:

4.1.1. Entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

4.2. A pessoa jurídica deverá assumir inteira responsabilidade pela existência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados;

4.3. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação:

4.3.1. Entidade empresarial declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal ou que esteja impedida de licitar e de contratar com a União;

4.3.2. Entidade empresarial suspensa de licitar e contratar com a UFPel;

4.3.3. Entidade empresarial com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;

4.3.4. Entidade empresarial submissa a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

4.3.5. Entidade empresarial cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, pertençam, ainda que parcialmente, de empresa do mesmo grupo, ou em mais de uma empresa, que esteja participando desta licitação; caso constatada tal situação, ainda que *a posteriori*, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no Art. 47 da lei 12.462/2011.

4.3.6. Entidade empresarial cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital;

4.3.7. Empregado ou ocupante de cargo em comissão da UFPel ou responsável pela licitação. Para fins do disposto nesta alínea, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimento e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto neste subitem aplica-se aos membros da Comissão.

4.3.8. Empresa que se enquadre em qualquer das vedações previstas no art. 3º do Decreto nº 7.581/2013.

4.3.9. Pessoas jurídicas constituídas sob a forma de cooperativas.

4.3.10. Pessoas jurídicas organizadas em consórcio.

4.4. Nenhuma licitante poderá participar desta licitação com mais de uma Proposta de Preços.

4.5. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4.6. Como condição para participação no RDC, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.6.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.6.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.6.6. Com exceção da cláusula 4.6.1 acima, para as demais cláusulas é necessário que a empresa marque a opção “sim” sob pena de inabilitação.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória RDC, em sua forma eletrônica.

5.3. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

5.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este RDC.

5.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6. DA PROPOSTA DE DESCONTO

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, da descrição detalhada do objeto ofertado, conforme especificações previstas no Termo de Referência, de forma que possibilite a identificação do serviço ofertado, sendo que a especificação completa, será exigida no momento da aceitação.

6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.3. A validade da proposta será de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

6.4. A licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFPel responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

6.6. O percentual de desconto proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante deste Instrumento Convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos.

6.8. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

6.9. Até a abertura da sessão os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.10. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7. DA OPERACIONALIDADE DA LICITAÇÃO

- 7.1.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da UFPel, denominado Presidente da Comissão, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 7.2.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do RDC Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.3.** Se ocorrer a desconexão do Presidente no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.4.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do RDC Eletrônico será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do presidente aos participantes, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 7.5.** No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES – ETAPA COMPETITIVA

- 8.1.** A participação no RDC eletrônico ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do Licitante e subsequente encaminhamento da PROPOSTA, com o percentual de desconto.
- 8.2.** Após a divulgação do edital, os Licitantes deverão encaminhar PROPOSTA inicial com o **PERCENTUAL DE DESCONTO**, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico – www.comprasgovernamentais.gov.br - quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
- 8.3.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.4.** O Presidente verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 8.4.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.4.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.4.2.1.** Conforme Acórdão 1.793/2011 – Plenário/TCU, o pedido de desclassificação do licitante deverá ser acompanhado de justificativa, cabendo à Comissão deliberar sobre sua aceitação ou recusa, independentemente da comunicação que fará ao ordenador de despesas para as providências decorrentes, tudo de acordo com a legislação pertinente.
- 8.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.6. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Presidente e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via “Chat”, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

8.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7.1. Os lances deverão ser ofertados para o com o **Percentual de Desconto TOTAL** do item.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.9. O licitante somente poderá oferecer lance com percentual de maior desconto ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual de desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior desconto registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do licitante.

8.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da seção, sujeitando-se a licitante desistente às sanções previstas neste Edital.

8.13. Durante a fase de lances, o Presidente poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.14. A etapa de lances da sessão pública será encerrada em duas etapas, sendo que primeiramente o Presidente informará tempo previsto para o início do tempo de iminência;

8.15. Decorrido o prazo fixado pelo Presidente, o sistema eletrônico iniciará o encerramento aleatório, encaminhando aviso de fechamento iminente dos lances, de forma que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances;

8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.17. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

8.18. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta ou lance de maior desconto serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em percentual superior ao desconto da primeira colocada, no

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21. Caso não se ofertem lances e sejam identificadas propostas de percentuais idênticos de microempresa ou empresa de pequeno porte empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o percentual cotado pela primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o sistema fará sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente o vencedor para o encaminhamento da oferta final de desempate.

8.22. Havendo êxito no procedimento de desempate, o sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação do percentual ofertado. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda não existindo microempresa e empresa de pequeno porte participante, prevalecerá a classificação inicial.

8.23. Para que seja aplicado o descrito no item 8.15, a Licitante que se enquadrar como microempresa, empresa de pequeno porte deverá expor sua condição (ME ou EPP) em campo próprio no sistema, no momento do registro de sua proposta no Compras Governamentais, para que o sistema possa aplicar o exposto na LC 123/06 e no art. 34, da Lei nº. 11.488/07.

8.24. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

8.24.1. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

8.24.2. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

8.25. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9. DA NEGOCIAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Presidente poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer acima do orçamento estimado.

9.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2. Encerrada a possível etapa de negociação (conforme item acima), o Presidente convocará o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar para enviar documento digital, por meio de

funcionalidade disponível no sistema (“enviar anexo”) contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas com posterior “entrega” do original via Protocolo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de encerramento da fase de aceitação das propostas.

9.3. Caso o sistema seja considerado instável pelo Presidente, poderá ser convocado o licitante para envio de documentação via e-mail.

9.4. A proposta deverá conter:

9.4.1. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico.

9.4.2. O detalhamento do BDI e encargos sociais conforme **Anexo IV** do Edital.

9.4.2.1. Em caso de eventual informação equivocada dos valores de BDI e encargos sociais, por parte da licitante, a correção necessária será realizada de forma a manter vigente o menor dos dois valores: (i) valores informados inicialmente e (ii) valores corrigidos.

9.4.3. Percentual de desconto do licitante, componentes do custo unitário, bem como seu custo unitário e o valor total, para cada serviço. Ao final da planilha serão informados o valor orçamento, valor BDI e valor total. Tais condições conforme planilha orçamentária para proposta, **Anexo II** do Edital.

9.4.3.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão-de-obra, materiais e equipamentos.

9.4.3.2. Nos percentuais cotados deverão estar previstos todos os insumos que compõem o serviço, tais como despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

9.4.3.3. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta apresentada (Acórdãos nº 2.646/2007, nº 1.453/2009 e nº 1.942/2009, todos do Plenário).

9.4.4. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo, **Anexo III** do Edital.

9.4.4.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico.

9.4.5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo, **Anexo IV** do Edital.

9.4.5.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

9.4.6. Planilha orçamentária com o percentual de desconto proposto pelo licitante.

9.4.6.1. Conforme modelo anexo, para apresentação das propostas, no preenchimento deverá ser informado a composição do preço unitário, distribuídos em: material, mão de

obra e outros. Observa-se que a composição do preço deverá conferir com o valor do preço unitário.

9.4.7. Prazo de validade da proposta não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de abertura das propostas.

9.4.7.1. Caso o prazo estabelecido na condição acima não esteja expressamente indicado na Proposta, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

9.4.7.2. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 180 (cento e oitenta) dias, e caso persista o interesse da Universidade Federal de Pelotas, esta poderá solicitar prorrogação geral da validade referida a todas as licitantes classificadas, por, no mínimo, igual prazo.

9.5. Poderão ser corrigidos automaticamente pela Assessoria Técnica da Comissão Permanente de Licitações quaisquer erros aritméticos, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro.

9.6. Se a proposta ou lance de maior desconto não for aceitável, o Presidente examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7. Havendo necessidade, o Presidente suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.8. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Presidente passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.9. Para possíveis trocas de mensagens, após a fase de lances, inclusive em relação a negociação de valores, o Presidente irá conceder prazo razoável para resposta do licitante. O prazo mínimo que será concedido é de dez minutos, podendo ser superior, a critério do Presidente.

9.10. O critério de julgamento será o de maior desconto global.

9.10.1. Para o julgamento das propostas, a Comissão poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

9.10.2. Considera-se desconto global o percentual total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada.

9.11. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver seu percentual de desconto aceito) com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada caso:

9.11.1. Contenha vícios ou ilegalidades, seja omissa ou apresente irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.11.2. Esteja em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;

9.11.3. Apresente percentual de desconto manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no caput do art. 9º do Decreto 7.581/11.

9.11.3.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou

b. Valor orçado pela Administração.

9.11.3.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

9.11.3.3. A Comissão de Licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

9.11.4. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública.

9.11.5. Apresente, na composição de seus preços:

9.11.5.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de BDI inverossímil;

9.11.5.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

9.11.5.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

9.11.6. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

9.12. Se houver indícios de inexequibilidade sobre o percentual de desconto ofertado, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.13. A Comissão Permanente de Licitações solicitará parecer de técnicos pertencentes à Assessoria Técnica (Comissão de Apoio) para orientar sua decisão.

9.13.1. A Comissão Permanente de Licitações reserva-se o direito de solicitar dos licitantes, para efeito de análise e caso entenda necessário, a apresentação da relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos preços ofertados.

9.13.2. A Assessoria Técnica efetuará análise individual dos preços unitários cotados nas propostas dos licitantes.

10.DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA, DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. A comprovação do cumprimento das exigências relativas à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA pela licitante que tiver tido sua proposta aceita será realizada:

10.1.1. Mediante consulta “online” no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, sendo verificados os níveis validados referentes a:

I. Credenciamento

II. Habilitação jurídica

III. Regularidade Fiscal Federal

- a) Receita Federal do Brasil – Receita
- b) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS
- c) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

IV. Regularidade Fiscal Estadual/Municipal

- a) Receita Estadual/Distrital
- b) Receita Municipal

V. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Acomprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores ou iguais a 1,00 (um inteiro).

10.1.2. A Comissão verificará mediante consulta “online” nos respectivos sítios eletrônicos dos órgãos oficiais:

10.1.2.1. A existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>);

10.1.2.2. A existência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa disponível no Portal do CNJ;

10.1.2.3. A validação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT perante a Justiça do Trabalho, ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede da Licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

10.1.2.4. Certidão Negativa de Empresa Inidôneas do TCU;

10.1.3. A licitante vencedora deverá providenciar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da solicitação, anexando na opção “Enviar anexo”, com tamanho não superior a 50MB, podendo ser incluídos tantos arquivos quantos forem necessários, desde que não ultrapasse este limite, devendo ser encaminhados os seguintes documentos:

10.1.3.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida até 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação, excluindo-se o dia da apresentação (data da abertura da licitação) e incluindo o dia da emissão da certidão;

10.1.3.2. Contrato social e suas alterações;

10.1.3.3. A capacidade técnico-operacional visa demonstrar que a pessoa jurídica, enquanto organização empresarial, é capaz de realizar o empreendimento. Não se avalia, portanto, atestados em nome dos profissionais; não é relevante saber se o responsável

técnico que se comprometeu com o objeto, ainda possui vínculo com a empresa, uma vez que o foco da análise é a pessoa jurídica;

10.1.3.4. Para comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá atender o seguinte:

I) Certidão de registro expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com o disposto no inciso I, do art. 30 da Lei 8.666/1993.

II) Apresentar atestado que demonstre que a licitante tenha executado, para órgão ou entidade da Administração Pública, ou ainda, para empresa privada que não a própria licitante (CNPJ diferente), serviço de característica semelhante ao objeto deste certame, em atendimento ao inciso II, art. 30, da Lei nº 8.666/1993. Para efeito de caracterização desta semelhança, foram considerados os serviços mais relevantes do objeto, pertencentes ao grupo A da curva ABC, contextualizado com o tipo da obra, devendo a licitante apresentar uma das opções abaixo:

- a) Execução de forro em drywall, inclusive estrutura, com área mínima de 40m²;**
- b) Parede com placas de gesso acartonado (drywall), inclusive estrutura, com área mínima de 120m²;**
- c) Fornecimento e instalação de Split;**
- d) Fornecimento e instalação de sistema de renovação de ar, para área mínima de 40m²;**
 - i) Caso a licitante apresente apenas as comprovações previstas nas cláusulas supracitadas: a. e b., deverá complementar a comprovação técnica a respeito das previstas em c. e d. no decorrer da obra, previamente ao início dos serviços relacionados à execução. Isto porque admite-se a possibilidade de subcontratação destes serviços. Ressalta-se que a subcontratação possui como requisito a aprovação da CONTRATANTE, que ocorrerá mediante a comprovação dos requisitos de habilitação, inclusive técnica, em atendimento ao Decreto 7.581/11, art. 10.**

10.1.3.5. Para atendimento da qualificação técnico-profissional, a licitante deverá:

I) Indicar o(s) profissional(is), engenheiro civil e/ou arquiteto, que será(ão) responsável(is) técnico(s) pelo serviço e emitirá(ão) futuras ARTs/RRTs, para qual deverá ser apresentado: 1) certificado de regularidade e registro no CREA/CAU, 2) atestado de capacidade técnica, com a 3) respectiva ART/RRT, ambos registrados no CREA/CAU, além de 4) Certidão de Acervo Técnico – CAT – com registro de atestado, expedida por este conselho, que comprove ter o(s) responsável(is) executado, para órgão ou entidade da administração pública, ou ainda, para empresa privada que não a própria licitante (CNPJ diferente), serviço de característica semelhante ao objeto deste certame, em atendimento ao § 1º, inciso I, do art. 30, da Lei nº 8.666/1993. Para efeito de caracterização desta semelhança, foram considerados os serviços mais relevantes do objeto, pertencentes ao grupo A da curva ABC, contextualizado com o tipo da obra, devendo a licitante optar por uma das opções abaixo:

- a) Execução de forro em drywall, inclusive estrutura, com área mínima de 40m².
- b) Parede com placas de gesso acartonado (drywall), inclusive estrutura, com área mínima de 120m²;
- c) Fornecimento e instalação de Split;
- d) Fornecimento e instalação de sistema de renovação de ar, para área mínima de 40m²;
 - i) Caso a licitante apresente apenas as comprovações previstas nas cláusulas supracitadas: a. e b., deverá complementar a comprovação técnica a respeito das previstas em c. e d. no decorrer da obra, previamente ao início dos serviços relacionados à execução. Isto porque admite-se a possibilidade de subcontratação destes serviços. Ressalta-se que a subcontratação possui como requisito a aprovação da CONTRATANTE, que ocorrerá mediante a comprovação dos requisitos de habilitação, inclusive técnica, em atendimento ao Decreto 7.581/11, art. 10.

10.1.3.6. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- I) Nome do contratado e do contratante;**
- II) Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);**
- III) Localização do serviço (endereço completo);**
- IV) Serviços executados (discriminação e quantidades).**

10.1.3.7. Os atestados ou certidões que não atenderem às características citadas nas condições acima, não serão considerados pela CPL/UFPEL.

10.1.3.8. Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

10.1.3.9. Declaração de Vistoria (Atestado de Visita Técnica), conforme Anexo VII do edital, ou Declaração de Responsabilidade, conforme Anexo VIII do edital (para informações detalhadas a respeito da Visita Técnica ou da Declaração de Responsabilidade verificar item 13 do Edital).

10.1.3.10. Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme Anexo X do edital.

10.1.3.11. Caso o SICAF da licitante apresente Qualificação Econômico-Financeira vencida, deverá apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

- I) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;**
- II) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;**

III) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta online, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.1.3.11.III.1. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

10.1.3.11.III.2. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

10.1.3.11.III.3. Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

10.2. Caso não seja possível o envio por meio do sítio Compras Governamentais, no link “enviar anexo”, o envio da documentação poderá se dar via e-mail ou por outro meio de hospedagem de arquivos na internet.

10.3. Após o envio de toda a documentação mencionada no item 10.1.3 em meio digital, deverá ser enviada a DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL em até 03 (três) dias úteis, impreterivelmente, para o seguinte endereço: Universidade Federal de Pelotas, Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) – Núcleo de Licitações, CEP 96010-610. Bairro Centro, Pelotas-RS.

10.4. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

10.4.1. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

10.4.2. Serão aceitas somente cópias legíveis.

10.4.3. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

10.4.4. A Comissão de Licitações reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

10.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus Anexos.

10.6. Caso a licitante não apresente alguma declaração que seja emitida eletronicamente (via internet) por sítio oficial, a Administração poderá, a seu critério, realizar a consulta online nos respectivos sítios oficiais.

11.DOS RECURSOS

11.1. Após análise da proposta e de toda documentação, por parte da Comissão, o Presidente declarará o vencedor e concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Presidente verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Presidente não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. Caso o Presidente decida pelo indeferimento do recurso, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para homologar o resultado final, que poderá ratificar ou não a decisão do Presidente antes da adjudicação.

11.2.2.1. Caso não ratifique a decisão do Presidente, a Autoridade Competente determinará as medidas que julgar cabíveis no caso.

11.3. O recurso contra a decisão do Presidente não terá efeito suspensivo.

11.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

11.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 5 (cinco) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento, sob pena de apuração de responsabilidade.

11.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Universidade Federal de Pelotas, Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) – Núcleo de Licitações – sala 303, CEP 96010-610, Bairro Centro, Pelotas/RS, nos dias úteis no horário de 8h às 12h e de 13h às 15h.

11.9. Serão desconsiderados pelo Presidente da Comissão os recursos interpostos fora do meio eletrônico – Sistema Compras Governamentais;

11.10. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão disponibilizados no seguinte endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

11.11. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.12. O recurso interposto em desacordo com as condições deste edital e seus anexos não será conhecido.

12.DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Após a negociação, e decorrido o prazo para recurso ou transcorrida eventual fase recursal, o procedimento licitatório será encerrado e submetido à Autoridade Competente para que se proceda à adjudicação e homologação do objeto licitado ao licitante vencedor.

13.DA VISITA AO LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇOS

13.1. É recomendável que as licitantes interessadas agendem visita *in loco* ao local em que serão realizados os serviços, sendo expedida, nesse caso, a Declaração de Vistoria (Atestado de Visita Técnica), conforme modelo anexo ao Edital, ou seja, declaração de que o licitante, por intermédio de representante legal, devidamente qualificado para esse fim, vistoriou o local para o qual serão realizados os projetos, de que é detentor de todas as informações relativas à sua elaboração. O licitante, deste modo, assume que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Hospital Escola da UFPel.

13.2. Com o objetivo de garantir a compatibilidade do serviço a empresa licitante realizará visita técnica ao HE UFPEL EBSERH, objetivando efetuar os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, inteirando-se das condições, dimensões dos eventos e grau de dificuldades existentes, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de serviços, devendo, para tanto, emitir declaração nesse sentido, conforme modelo que se estabelecer no edital da licitação.

13.3. As visitas deverão ser agendadas, com dois dias úteis de antecedência, através do telefone (53) 3284-4917 com o Engenheiro Rodrigo de Oliveira Kuhn, no Hospital Escola da Universidade de Federal de Pelotas filial EBSERH, situado à Rua Professor Doutor Araújo, nº 538, Centro, CEP: 96020-360, Pelotas/RS, nos horários de 08:00h às 11:30h e 14:00h às 17:00h, de segunda-feira à sexta-feira.

13.4. A visita deverá ser realizada obrigatoriamente pelo Responsável Técnico da licitante, mediante a apresentação do documento de identidade e da Certidão de Registro e Quitação da Licitante, emitida pelo CREA, onde consta a relação dos responsáveis técnicos da Empresa.

13.5. A visita representará a oportunidade para os licitantes interessados conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais.

13.6. Caso a Licitante não tenha interesse em fazer a visita técnica, deverá apresentar, em substituição ao Atestado de Visita Técnica, Declaração formal assinada pelo(s) responsável(eis) da

empresa, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a UFPel, conforme modelo anexo ao Edital.

14.DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. As regras acerca da Garantia Contratual são as estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo XI deste Edital.

15.DO CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

15.2. Para assinatura do Termo de Contrato e de eventuais Termos Aditivos, quando for o caso, o representante legal do licitante vencedor deverá credenciar-se previamente no Sistema Eletrônico de Informações - SEI-UFPel.

15.3. Antes da assinatura do Contrato, a Contratante realizará consulta online ao SICAF e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste Edital.

15.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.5.1. Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.5.2. Excepcionalmente, as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

15.6. Em caso de aditamento contratual que incorra em modificação da planilha orçamentária originariamente apresentada pela licitante, os novos valores não poderão acarretar redução, em favor da Contratada, da diferença percentual original entre os custos unitários dos insumos e serviços cotados em sua proposta e aqueles constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

15.7. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.8. Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

16.DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Conforme Decreto 7.581/11, Art. 10º, será permitida a subcontratação, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, observado o disposto no referido artigo.

16.1.1. Para a(s) etapa(s): 7: resíduos, 11: climatização, 12: renovação de ar e 13: rede de gases medicinais serão permitidas a subcontratação;

16.1.2. Para algumas etapas não serão admitidas a subcontratação, quais sejam: 1: estrutura de canteiro, 2: fundação e serviços de terra, 3: pisos, 5: esquadrias, 6: pintura, 8: instalações hidrossanitárias e 14: administração local e limpeza final da obra;

16.1.3. As etapas: 4: divisórias, forro e relacionados, 9: elétrica geral e cabeamento estruturado, 10: elétrica tomógrafo, poderão ser subcontratadas, caso a fiscalização entenda pertinente, mediante atendimento dos requisitos do Decreto 7.581/11;

16.1.3.1. Diante do exposto acima, observa-se que não há garantia da autorização da subcontratação das etapas citadas em 16.1.3.

17.DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 240 (duzentos e setenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. Dos quais 60 (noventa) dias corridos correspondem ao prazo de execução e conclusão dos serviços, e os demais para efetivação do recebimento provisório e definitivo, estimados em 90 (noventa) dias corridos, emissão da ordem de serviço, etc.

17.2 As solicitações de acréscimo de prazo de execução deverão ser encaminhadas com, no mínimo, 20 (vinte) dias corridos de antecedência do término do prazo de execução, acompanhadas de justificativa e novo cronograma físico-financeiro pela CONTRATADA;

17.3 Os prazos de garantia, contados a partir do termo de recebimento definitivo da obra, serão como a seguir:

17.1.1. Segurança e solidez dos serviços deverá ser de 5 (cinco) anos, de acordo com o estabelecido no artigo 618 do Código Civil Brasileiro, sendo de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, a boa qualidade da mão de obra e dos materiais a serem empregados.

17.1.2. Observados os prazos descritos no Memorial Descritivo da Obra.

17.1.3. A garantia será sempre exigida da CONTRATADA, portanto em nenhuma hipótese será admitida qualquer transferência de responsabilidade para terceiros.

18.DO REAJUSTE

18.1. Os preços contratados serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta. Na hipótese do prazo de execução da obra exceder o período de

12 (doze) meses, por motivos alheios à vontade da CONTRATADA, tais como: alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse do CONTRATANTE ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, por motivos alheios à CONTRATADA, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, ocorrida no período entre a data de apresentação da proposta e os 12 meses subsequentes, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte fórmula.

$R = P_p \times (\Delta INCC)$, onde:

R= valor do reajuste procurado;

Pp= Valor dos preços dos serviços inicialmente contratados a serem reajustados;

$\Delta INCC$ = Variação do INCC, entre a data limite de apresentação da proposta e 12 meses subsequentes;

18.2. O reajuste deverá ser pleiteado até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de não o fazendo de forma tempestiva, ocorrer a preclusão do direito do contratado de requerer posteriormente o reajuste que teria direito.

18.3. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do aniversário da proposta, utilizar-se-á a última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente no certificado de pagamento seguinte, tão logo seja divulgado o índice definitivo.

18.4. No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da CONTRATADA, os reajustes serão calculados até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

18.6. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da contratante e contratada estão estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo XI deste Edital.

20.DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo XI deste Edital.

21.DA FISCALIZAÇÃO

21.1. As regras acerca da Fiscalização são as estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo XI deste Edital.

22.DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

22.1. As regras acerca do recebimento provisório e definitivo são as estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo XI deste Edital.

23. DA RESCISÃO DO CONTRATO

23.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 154145

Fonte: 0151019459

Programa de Trabalho: 091306

Elemento de Despesa: 339039

PI: V20G8G7100N

24.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

25. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 . As regras acerca das sanções administrativas são as estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo XI deste Edital.

26. DAS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

26.1. A empresa Contratada deverá cumprir rigorosamente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, disponíveis no sítio eletrônico do próprio Ministério Público do Trabalho, no endereço www.mpt.gov.br, aplicáveis à atividade contratada.

26.2. O ato de fiscalização das Normas Regulamentadoras do MT será exercido pelos Fiscais da Obra, do Contrato e Engenheiros de Segurança do Trabalho da Contratante.

26.3. O descumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, após advertência registrada nos diários de obras, será passível de multa, aplicável pelo Fiscal do Contrato. O Valor da Multa está estabelecido em 0,2% do Valor Total deste Contrato, por cada item descumprido.

26.4. Os casos de reincidência pelo descumprimento de um determinado item da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, serão passíveis aplicação de fator multiplicador de 1,5, calculado sobre valor da multa antecedente.

26.5. As demais informações a cerca das sanções por descumprimento das normas regulamentadoras do ministério do trabalho, são estabelecidas na **minuta de contrato, Anexo XI do edital**.

27.DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

27.1. As regras acerca do IMR são as estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo XI deste Edital.

28.DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

28.1. Consoante art. 6º da IN nº 01/2010 SLTI/MPOG, a empresa contratada deverá, no que for aplicável:

28.1.1. produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

28.1.2. adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

28.1.3. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

28.1.4. respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

28.2. A licitante vencedora deverá confeccionar plano de gerenciamento de resíduos da construção civil.

29.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

29.1. A impugnação do Edital e de seus Anexos deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão, mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail pregao.heufpel@gmail.com, até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão.

29.1.1. Apresentada a impugnação, a mesma será respondida à interessada, dando-se ciência aos demais adquirentes do edital, antes da abertura da sessão;

29.1.2. A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, cadastrar sua proposta de preços no Sistema até a data e hora marcados para a abertura da sessão.

29.2. A impugnação interposta em desacordo com as condições deste edital e seus anexos não será conhecida.

29.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

29.4. Os prazos previstos neste edital e seus anexos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito da UFPel.

30.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. A empresa CONTRATADA para a execução dos serviços deverá atender as exigências contidas no Projeto Básico e executar os mesmos obedecendo às normas brasileiras da ABNT, ao Código de Obras e

Regulamentos da Prefeitura Municipal de Pelotas e, conforme o caso, regulamentos, especificações e recomendações da Companhia Estadual de Energia Elétrica – Rio Grande do Sul – CEEE, do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e das Companhias Concessionárias de Telefonia no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Deverá também prestar, durante a execução dos serviços, toda assistência técnica-administrativa, mantendo também no local dos serviços, todo equipamento e materiais necessários a uma execução perfeita da obra, desenvolvida com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.

30.2. Os preços adotados pela empresa contratada deverão estar de acordo com os praticados no mercado local. Neles deverão estar inclusos todas as despesas necessárias, inclusive custos com materiais, impostos, taxas, transportes, fretes, instalações de equipamentos, depreciações, insumos de material e de mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas inerentes aos serviços.

30.3. Os serviços a serem prestados deverão obedecer rigorosamente às normas técnicas e de segurança e medicina do trabalho, vigentes para serviços desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados.

30.4. O emprego de mão de obra deve ficar a cargo de profissionais de reconhecida qualificação por parte da CONTRATADA, o que deverá ficar comprovado nos acabamentos esmerados dos serviços, realizados de acordo com estas especificações.

30.5. Deverá haver ainda o emprego prioritário de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias – primas de origem local, nos termos do § 1º do art. 4º da IN nº 01/10, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG.

30.6. Os materiais a serem empregados nos serviços serão novos, de primeira qualidade e satisfarão às condições estabelecidas nos projetos e especificações correspondentes.

30.7. A CONTRATADA será responsável, durante toda a vigência do seu contrato com o HE UFPEL EBSERH, pelos materiais e equipamentos existentes nos locais dos serviços.

30.8. CONTRATADA obrigar-se-á a corrigir quaisquer vícios ou defeitos na execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva as despesas decorrentes das possíveis demolições e reconstruções deles advindas, bem como a reposição dos materiais idênticos aos anteriormente danificados ou inutilizados, ainda que verificados após a sua aceitação pela FISCALIZAÇÃO e mesmo até o término do prazo do contrato, como também será responsável pelos danos causados ao Hospital Universitário e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia e/ou omissão.

30.9. No caso de divergências entre elementos do projeto será adotado o critério de prevalência da maior escala (detalhes) sobre a de menor e, em casos omissos ou duvidosos, consultar o autor do respectivo projeto.

30.10. A CONTRATADA deverá manter os locais dos serviços em permanente estado de limpeza, higiene e conservação, com o acondicionamento do material resultante das demolições e limpezas em caçambas estacionárias. Não é permitido o entulhamento de restos de construção em outros locais do canteiro. As caçambas cheias deverão ser retiradas e substituídas no prazo máximo de 8 (oito) horas.

30.11. A empresa deverá cumprir o Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC), nos termos da Resolução nº 307, de 05/7/02, do Conselho Nacional do Meio Ambiente

(CONAMA), e § 3º do art. 4º da IN nº 01/10, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG para não incorrer em multa, sendo obrigatória sua comprovação para fins de pagamento.

30.12. Os resíduos produzidos nas obras deverão ser gerenciados de acordo com as Resoluções CONAMA números 307/2002 e 448/2012, transportados por empresa licenciada pelo Órgão Estadual de Engenharia do Meio Ambiente e encaminhados para disposição final em receptores de resíduos também licenciados pelo Órgão Estadual de Engenharia do Meio Ambiente.

30.13. Os memoriais descritivos, os projetos especializados com seus respectivos detalhes e as instruções da licitação, anexos a este Projeto Básico, fazem parte integrante do contrato.

30.14. A licitante deverá entregar, no momento de apresentação de propostas, entre outros documentos: 1) composição do seu BDI de serviço e material detalhado, pelo qual demonstra-se todos os parâmetros de cálculo do BDI e 2) declaração do efetivo (colaboradores) por etapa, ou seja, em cada mês, o qual será comparado com o estimado no cronograma de mão de obra anexo ao Edital.

30.15. O Instrumento Convocatório e seus Anexos poderão ser retirados na Unidade de Licitações da Universidade Federal de Pelotas, localizado na Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, sala 303, Pelotas/RS, CEP 96010-610, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou no site de licitações da UFPel, no endereço www.ufpel.edu.br ou, ainda, no sítio do Compras Governamentais, endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

30.16. Os documentos que integram o edital somente serão disponibilizados em mídia digital a serem retirados na Unidade de Licitações, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, mediante requerimento da Licitante interessada à COMISSÃO, assinada pelo seu representante legal, devendo fornecer CD/DVD ou Pen Drive para extração de cópias ou então no site de licitações da UFPel ou do Compras Governamentais.

30.17. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão responsável pela presente licitação, em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data de abertura do certame.

30.17.1. O contato para dirimir eventuais dúvidas deverá ser feito diretamente à Unidade de Licitações, localizado na Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, sala 303, Pelotas/RS, CEP 96010-610, exclusivamente por e-mail pregao.heufpel@gmail.com.

30.17.2. As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, por meio eletrônico, e divulgada no sítio do Compras Governamentais, para que todos tenham acesso às informações, cabendo àqueles que por qualquer motivo não tenham recebido as informações, no resguardo de seus interesses, de inteirar-se sobre o teor do documento.

30.18. As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação, por violarem disposições legais, especialmente da Lei nº 12.462 e do Decreto 7.581, ambos de 2011, desde que o pedido seja protocolado até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, por endereço eletrônico pregao.heufpel@gmail.com.

30.19. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Presidente.

30.20. No julgamento das propostas e da habilitação, o Presidente poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

30.21. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.22. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.23. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.24. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

30.25. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.26. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar esta licitação, nos termos da legislação, sem que caiba aos participantes direito à reclamação ou indenização.

30.27. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

30.28. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

30.29. A licitante vencedora obriga-se a manter durante o período da contratação, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório, notadamente a regularidade fiscal, sem a qual não será efetivado pagamento algum, sem configuração de mora da UFPel.

30.30. Após a fase de lances, toda e qualquer comunicação da UFPel com a licitante poderá ocorrer por correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa manter o cadastro atualizado no SICAF. O endereço de e-mail para contato utilizado na comunicação poderá ser aquele cadastrado no SICAF ou o e-mail cadastrado na Proposta enviada após a fase de lances.

30.30.1. A empresa, quando notificada via e-mail, deverá confirmar o recebimento do mesmo. Caso contrário, o prazo concedido para resposta começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

30.31. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Coordenação de Material e Patrimônio – Comissão Permanente de Licitações, sala 303, Pelotas/RS, CEP 96010-610, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 17h00min.

30.32. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

30.33. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa.

30.34. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

30.35. Eventuais modificações no instrumento convocatório serão divulgadas nos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

30.36. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.

30.37. É facultado à Comissão, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

30.38. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

30.39. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Pelotas - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

30.40. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, serão solicitados à Comissão, exclusivamente por meio do endereço eletrônico: pregao.heufpel@gmail.com.

Pelotas, 23 de setembro de 2019.

Rodrigo de Quadros Leal
Chefe da Unidade de Licitações
SIAPE 2284834
HE-UFPEL-EBSERH

Assinam o edital pela Comissão:

Presidente: Ana Simeonidis

Membro: Cláudia da Silva Campelo

Membro: Priscila Marchand

ANEXOS I a VI
(Em *Mídia Apartada*)

Os anexos 01 a 06 encontram-se em arquivos anexos ao edital e estão disponíveis para download nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.ufpel.edu.br.

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA
(ATESTADO DE VISITA TÉCNICA)

RDC Nº 004/2019

Declaramos, para fins de participação na licitação, modalidade RDC, para a EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA PARA ADEQUAÇÃO A IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA DO HOSPITAL ESCOLA UFPEL EBSERH, que a Empresa _____, representada pelo Sr(a). _____, visitou o local onde serão executados os serviços solicitados.

O licitante, deste modo, assume que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Hospital Escolada da UFPel.

Pelotas, ____ de _____ de 2019.

LICITANTE:

Nome de Empresa / CNPJ: _____

Representante Legal: (nome): _____

Assinatura: _____

CPF: _____

REPRESENTANTE DO HE-UFPEL:

Nome: _____

Assinatura: _____

Função: _____

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Somente exigido caso não seja realizada a Visita Técnica (Vistoria)

Declaramos, para fins de participação na licitação, modalidade RDC, para a obra de EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA PARA ADEQUAÇÃO A IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA DO HOSPITAL ESCOLA UFPEL EBSERH, que a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, com sede na _____, nº _____, na cidade de _____, representada _____ pelo(a) Sr(a). _____, **não** realizou a visita técnica no local onde serão executados os serviços solicitados.

Independente deste fato, a empresa declara que tem pleno conhecimento das condições, dimensões e padrões adotados, peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, bem como onde deverão ser feitas as intervenções necessárias à realização de todos os serviços da obra, conforme descrito no caderno de encargos, planilha orçamentária e cronograma, projetos e edital. Assim, assume, sob as penalidades da Lei, total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Hospital Escola da UFPel.

Nome de Empresa / CNPJ: _____

Representante Legal da Empresa: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Pelotas, ____ de _____ de 2019.

ANEXO IX

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Processo: **23110.028309/2019-31**

Regime Diferenciado de contratações Públicas – **RDCNº 04/2019**

Objeto: **EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA PARA ADEQUAÇÃO A IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA DO HOSPITAL ESCOLA UFPEL EBSERH**

Prezados Senhores:

Nossa oferta de preço global para o fornecimento de material e execução das obras para empreitada por preço unitário, com fornecimento de material e mão de obra, para **EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA PARA ADEQUAÇÃO A IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA DO HOSPITAL ESCOLA UFPEL EBSERH** é de R\$ _____ (___valor por extenso___) e será executada inteiramente de acordo com o Projeto Básico.

DECLARAÇÕES

1. Declaramos que o preço global por nós ofertado será para executar a obra conforme todas as exigências do Projeto Básico.
2. Declaramos que entregaremos a obra dentro do prazo estabelecido pelo cronograma, **a contar do recebimento da ordem de serviço emitida pela UFPel.**
3. Declaramos que estamos de acordo com os Itens referentes aos prazos e pagamentos parciais.
4. Declaramos que o preço unitário e o preço global da proposta compreendem todas as despesas relativas a execução dos serviços projetados e especificados com os fornecimentos de materiais e da mão de obra necessários, encargos sociais, equipamentos, ferramentas, assistência técnica, administração, benefícios e licenças inerentes.
5. Declaramos que o número de funcionários que trabalharão na obra é de _____
6. Declaramos que o prazo de po para a nossa proposta é de 180 (cento e oitenta dias) dias.
7. Declaramos que o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) de obras utilizado é de _____% (_____) por cento.
8. Declaramos que o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) de equipamentos utilizado é de _____% (_____) por cento.
9. Declaramos que a taxa de leis sociais para horistas é de _____% e para mensalistas é de _____%.

À elevada consideração de V. S.as.

Pelotas, ____ de _____ de 2019.

Representante Legal da Empresa

Nome Legível: _____

CPF: _____

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____-_____, sediada na cidade de _____ Estado _____ à rua _____ nº _____ bairro _____, CEP _____-_____, fone _____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, para fins de habilitação no RDC 04/2019, **DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente**, em conformidade com a Instrução Normativa 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI-MPOG).

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(nome do representante legal)

ANEXO XI
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXXX/XXXX

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA **OBRA DE REFORMA PARA ADEQUAÇÃO A IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA DO HOSPITAL ESCOLA UFPEL EBSERH, EM PELOTAS/RS**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, E A EMPRESA **XXXX**.

A União, por intermédio da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, com sede na Rua Gomes Carneiro nº 01 - Porto, Pelotas/RS, CEP 96010-610, inscrita no CNPJ sob o nº 92.242.080/0001-00, neste ato representado pelo seu Reitor, Prof. Pedro Rodrigues Curi Hallal, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 7051603285-SSP/RS, e inscrito no CPF sob o nº 966.240.940-87, residente e domiciliado nesta cidade de Pelotas – RS, nomeado pelo Decreto de 22 de dezembro de 2016, publicado em 23/12/2016 no D.O.U., seção 02, representando o **HOSPITAL ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 92.242.080/0002-90, com sede na Rua Professor Araújo nº 538, Centro, Pelotas/RS, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) **XXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº 23110.028309/2019-31, e o resultado final do RDC nº 04/2019 com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a **contratação de empresa especializada em construção civil para execução da obra de reforma para adequação a imagenologia e radioterapia do Hospital Escola UFPEL EBSERH, EM PELOTAS/RS** conforme especificações constantes no Edital, Projeto Básico, partes inseparáveis do edital do RDC nº 04/2019.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **RDC 04/2019**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLAUSULA SEGUNDA - DA BASE LEGAL

2.1. Escuda-se o presente contrato nas disposições contidas na Lei 12.462/2011, no Decreto 7.581/2011, na Lei nº 8.666/93, no Edital do RDC 04/2019, nos autos do Processo 23110.028309/2019-31 e no Projeto Básico, Plantas e Cronograma Físico-Financeiro.

2.1.1. A CONTRATADA, na qualidade de vencedora do RDC 04/2019, obriga-se a manter, durante todo o período de execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação

exigidas na licitação, declarando as partes, neste ato, estarem cientes da divulgação do presente contrato aos termos do instrumento convocatório, parte integrante e inseparável do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Será utilizado o Regime de Execução Empreitada por Preço Unitário, o qual pode sofrer variação nos seus quantitativos ainda que, conforme projetos em anexo, os levantamentos de níveis tenham ocorrido de forma satisfatória;

3.1.1. O regime de execução utilizado possui amparo na Lei 12.462/2011 em seu Art. 8º inciso I.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de **vigência do contrato a ser firmado será de 390 (trezentos e noventa) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato. Dos quais 60 (sessenta) dias corridos correspondem ao prazo de execução e conclusão dos serviços, e os demais para efetivação do recebimento provisório e definitivo, estimados em 90 (noventa) dias corridos, emissão da ordem de serviço, etc.

4.2. A execução dos serviços será iniciada no prazo máximo de 05 dias a contar da emissão da ordem de serviço, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Projeto Básico.

4.3. As solicitações de acréscimo de prazo de execução deverão ser encaminhadas com, no mínimo, 20 (vinte) dias corridos de antecedência do término do prazo de execução, acompanhadas de justificativa e novo cronograma físico-financeiro pela CONTRATADA;

4.4. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

4.5. O presente contrato extinguir-se-á, antecipadamente, com o recebimento definitivo do objeto pela contratante.

4.6. Os prazos de garantia, contados a partir do termo de recebimento definitivo da obra, serão como a seguir:

4.6.1. Segurança e solidez dos serviços deverá ser de 5 (cinco) anos, de acordo com o estabelecido no artigo 618 do Código Civil Brasileiro, sendo de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, a boa qualidade da mão de obra e dos materiais a serem empregados;

4.6.2. Observados os prazos descritos no Memorial Descritivo da Obra;

4.6.3. A garantia será sempre exigida da CONTRATADA, portanto em nenhuma hipótese será admitida qualquer transferência de responsabilidade para terceiros.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor TOTAL da contratação é de **R\$ xxxxxxxxxxxx**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

5.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: XXXXXXXX

Fonte: XXXXXXXXX

Programa de Trabalho: XXXXXX

Elemento de Despesa: XXXXXX

PI: XXXXXXXXXXXXX

Nota de Empenho: 2019NEXXXXXX

5.4. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Empenhar recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, segundo as disposições do cronograma físico-financeiro;

6.2. A fiscalização técnica dos serviços executados será processada por meio do Setor de Infraestrutura Física –HE UFPEL/EBSERH, o qual caberá praticar todos os atos necessários para a fiel execução técnica do presente instrumento, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

6.3. A fiscalização atuará, desde o início dos trabalhos até o término do Contrato, sempre pelo interesse primordial da CONTRATANTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade;

6.4. Fiscalizar os serviços executados, verificando se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os projetos e detalhamentos fornecidos;

6.5. A fiscalização deverá exigir a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, inclusive a substituição de qualquer serviço ou equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações exigidas, tudo no interesse dos serviços ou da integridade do patrimônio e comunidade da CONTRATANTE, devendo tal substituição ser feita por pedido escrito da Fiscalização;

6.6. Adotar, em tempo hábil, as medidas convenientes quanto a decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização;

6.7. Documentar e registrar em livro próprio, as ocorrências havidas, durante a execução do contrato;

6.8. Solicitar à contratada a substituição ou adaptação, quando necessária, de qualquer equipamento ou das instalações, respectivamente, cujo uso considere prejudicial e que não atendam às suas necessidades;

6.9. Notificar à CONTRATADA quando forem observados defeitos na obra durante o prazo de garantia quinquenal, certificando-se de que as soluções por ela proposta sejam as mais adequadas;

6.10. Ajuizar ação judicial caso os reparos não sejam iniciados pela CONTRATADA;

6.11. Rejeitar os serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;

- 6.12.** Observar as demais obrigações elencadas no instrumento convocatório e no Projeto Básico;
- 6.13.** Arquivar os projetos, "AS BUILT", especificações técnicas, orçamento, termos de recebimento, contratos e aditamentos, diário de obra, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento da obra e notificações expedidas;
- 6.14.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 6.15.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.16.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 6.17.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 6.18.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 6.19.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 6.19.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 6.19.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 6.19.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 6.19.4.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 6.20.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 6.21.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 6.22.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 6.23.** Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 6.24.** Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 6.24.1.** "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - 6.24.2.** comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - 6.24.3.** laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - 6.24.4.** carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

6.24.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

6.24.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.25. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Deverá ser responsável pelos danos causados à contratante ou terceiros, decorrentes da execução do serviço contratado.

7.2. Executar o serviço de acordo com os requisitos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e INMETRO;

7.3. Empregar na execução do serviço, mão-de-obra especializada, além dos recursos materiais suficientes para atender ao objeto, dentro do prazo e período estabelecidos;

7.4. Fornecer esclarecimentos e informações técnicas à contratante, quando necessárias, acerca do serviço executado, por escrito;

7.5. As visitas dos técnicos, devidamente identificados, deverão ser acompanhadas pelo servidor designado pelo Hospital, para fiscalização da execução do serviço;

7.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como pelos encargos sociais dos seus empregados.

7.7. Executar os serviços cumprindo todas as determinações e requisitos especificados neste Contrato e no Edital e seus anexos;

7.8. Executar os serviços conforme especificações deste Contrato, do Projeto Básico e de seus anexos e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

7.9. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.11. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.12. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

7.13. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de

regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

7.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.15. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.16. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

7.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.18. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

7.20. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Contrato e o Edital e seus anexos, no prazo determinado.

7.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.22. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.25. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

7.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

7.28. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.29. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

7.29.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

7.29.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

7.30. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

7.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

7.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

7.33. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

7.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

7.35. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

7.36. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

7.37. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

7.38. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.39. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

7.40. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

7.41. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

7.42. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

7.43. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

7.44. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de

equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

7.45. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

7.46. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

7.47. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

7.47.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

7.47.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

7.47.2..1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

7.47.2..2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

7.47.2..3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

7.47.2..4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

7.47.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

7.47.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em

conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

7.48. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

7.48.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

7.48.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

7.48.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

7.49. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

7.50. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Contrato, no Projeto Básico e demais documentos anexos;

7.51. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

7.52. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

7.52.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Projeto Básico e seus anexos (Plantas, Memoriais e etc..) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1.** A empresa CONTRATADA para a execução dos serviços deverá atender as exigências contidas no Projeto Básico e executar os mesmos obedecendo às normas brasileiras da ABNT, ao Código de Obras e Regulamentos da Prefeitura Municipal de Pelotas e, conforme o caso, regulamentos, especificações e recomendações da Companhia Estadual de Energia Elétrica – Rio Grande do Sul – CEEE, do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e das Companhias Concessionárias de Telefonia no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Deverá também prestar, durante a execução dos serviços, toda assistência técnica-administrativa, mantendo também no local dos serviços, todo equipamento e materiais necessários a uma execução perfeita da obra, desenvolvida com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos;
- 8.2.** Os preços adotados pela empresa contratada deverão estar de acordo com os praticados no mercado local. Neles deverão estar inclusos todas as despesas necessárias, inclusive custos com materiais, impostos, taxas, transportes, fretes, instalações de equipamentos, depreciações, insumos de material e de mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas inerentes aos serviços;
- 8.3.** Os serviços a serem prestados deverão obedecer rigorosamente às normas técnicas e de segurança e medicina do trabalho, vigentes para serviços desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados;
- 8.4.** O emprego de mão de obra deve ficar a cargo de profissionais de reconhecida qualificação por parte da CONTRATADA, o que deverá ficar comprovado nos acabamentos esmerados dos serviços, realizados de acordo com estas especificações;
- 8.5.** Deverá haver ainda o emprego prioritário de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias – primas de origem local, nos termos do § 1º do art. 4º da IN nº 01/10, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG;
- 8.6.** Os materiais a serem empregados nos serviços serão novos, de primeira qualidade e satisfarão às condições estabelecidas nos projetos e especificações correspondentes;
- 8.7.** A CONTRATADA será responsável, durante toda a vigência do seu contrato com o HE UFPEL EBSERH, pelos materiais e equipamentos existentes nos locais dos serviços;
- 8.8.** CONTRATADA obrigar-se-á a corrigir quaisquer vícios ou defeitos na execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva as despesas decorrentes das possíveis demolições e reconstruções deles advindas, bem como a reposição dos materiais idênticos aos anteriormente danificados ou inutilizados, ainda que verificados após a sua aceitação pela FISCALIZAÇÃO e mesmo até o término do prazo do contrato, como também será responsável pelos danos causados ao Hospital Universitário e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia e/ou omissão;
- 8.9.** No caso de divergências entre elementos do projeto será adotado o critério de prevalência da maior escala (detalhes) sobre a de menor e, em casos omissos ou duvidosos, consultar o autor do respectivo projeto;
- 8.10.** A CONTRATADA deverá manter os locais dos serviços em permanente estado de limpeza, higiene e conservação, com o acondicionamento do material resultante das demolições e limpezas em caçambas estacionárias. Não é permitido o entulhamento de restos de construção em outros locais do canteiro. As caçambas cheias deverão ser retiradas e substituídas no prazo máximo de 8 (oito) horas;
- 8.11.** A empresa deverá cumprir o Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC), nos termos da Resolução nº 307, de 05/7/02, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e § 3º do art. 4º da IN nº 01/10, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG para não incorrer em multa, sendo obrigatória sua comprovação para fins de pagamento;
- 8.12.** Os resíduos produzidos nas obras deverão ser gerenciados de acordo com as Resoluções CONAMA números 307/2002 e 448/2012, transportados por empresa licenciada pelo Órgão Estadual de

Engenharia do Meio Ambiente e encaminhados para disposição final em receptores de resíduos também licenciados pelo Órgão Estadual de Engenharia do Meio Ambiente;

8.13. Os memoriais descritivos, os projetos especializados com seus respectivos detalhes e as instruções da licitação, anexos a este Projeto Básico, fazem parte integrante do presente contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DO TRATAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

9.1. A. A execução dos serviços será pautada por medidas que visem o adequado tratamento dos impactos ambientais resultantes, tais como:

9.1.1. Racionalização do processo construtivo, com vistas à redução na produção de resíduos e o uso eficiente da água e de demais matérias-primas;

9.1.2. Adequado tratamento e descarte dos resíduos sólidos (entulho).

10. CLÁUSULA DEZ – DAS DIRETRIZES DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

10.1. Conforme estabelecem os artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATANTE designará formalmente um responsável da unidade beneficiária e um gestor de contratos para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do contrato celebrado, advindos do objeto deste Projeto;

10.2. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato deverá adotar providências necessárias para o bom andamento dos serviços, assegurando-se de que o número de empregados alocados ao serviço pela CONTRATADA é suficiente e, solicitando da empresa contratada, substituições da mão-de-obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

10.3. A fiscalização técnica dos serviços será feita pela CONTRATANTE, por intermédio do Setor de Infraestrutura do HE UFPEL. Tal fiscalização deverá conferir e verificar as especificações técnicas, o cumprimento do cronograma físico-financeiro e dos projetos, além de outras funções que são essenciais para o andamento dos serviços. Cabe assim ao fiscal averiguar periodicamente os serviços pelos quais é responsável e, caso necessário, registrar no livro de ocorrência fatos que acredite serem relevantes.

10.4. A CONTRATADA manterá no escritório da obra, à disposição da FISCALIZAÇÃO e sob sua responsabilidade, um livro de ocorrências (diário de obras), onde serão lançados pelo Engenheiro Responsável da parte da CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO, os elementos que caracterizarem o andamento da obra, com pedidos de vistorias, notificações, impugnações, autorizações, etc., em duas vias, ficando apenas uma apensa ao livro e outra constituindo relatório mensal a ser enviado para o Setor de Infraestrutura do HE UFPEL-EBSERH.

10.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.6. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

10.7. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Contrato.

10.8. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Contrato, e no Projeto Básico e seus anexos,

informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.9. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.10. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.11. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

10.12. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme previsto na Cláusula Dezenove deste Contrato, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

10.12.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

10.12.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.13. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

10.14. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.15. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.16. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.17. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

10.18. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

10.19. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.20. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Contrato e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.21. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

10.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. CLÁUSULA ONZE – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

11.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo;

11.2. O recebimento dos serviços se dará através da celebração do Termo de recebimento Provisório e pelo Termo de Recebimento Definitivo;

11.3. O Termo de Recebimento Provisório será lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, em até 15 (quinze) dias após a comunicação da CONTRATADA, desde que, satisfeitas as seguintes condições:

11.3.1. Realização de todas as medições e apropriações referentes a acréscimos e modificações;

11.3.2. Apresentação das faturas relativas a pagamentos extraordinários conforme o contrato;

11.3.3. Comunicação à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

11.4. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término do prazo referente ao termo de Recebimento Provisório, de acordo com as instruções contratuais, satisfeitas as seguintes condições:

11.4.1. Atendidas todas as reclamações da Fiscalização, referentes a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento dos serviços executados;

11.4.2. Apresentação dos documentos de inexistência de débitos, fornecidos pelo INSS e FGTS, conforme especificados neste instrumento;

11.4.3. Apresentação do Certificado de Baixa dos serviços, junto ao INSS;

11.4.4. Comunicação à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

11.5. Termo de Recebimento Definitivo será emitido no mesmo número de vias, assinado e distribuído de forma idêntica à estabelecida no item precedente para o Recebimento Provisório;

11.6. Durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços, a CONTRATADA responderá por sua qualidade e segurança nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do HE UFPEL EBSERH;

11.7. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, sem que isto implique em qualquer ônus adicional para o HE UFPEL EBSERH;

11.8. O serviço somente será considerado concluído e em condições de ser recebido, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela equipe do HE UFPEL EBSERH;

11.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

11.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12. CLÁUSULA DOZE – DA NOTA FISCAL

12.1. A Nota Fiscal deve ser emitida para o seguinte Tomador de Serviço:

Nome / Razão Social: Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas

CNPJ: 92.242.080/0002-90

Endereço: Rua Professor Araújo, 433

Bairro: Centro

CEP: 96.020-360

Município: Pelotas

UF: RS

Email: contratos.hepel@ebserh.gov.br

Fone: 53-3284-4900

12.2. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser informado nesta os dados bancários da Empresa:

Dados para pagamento:

Banco: Nome do Banco

Agência: XXXX-X

Conta Corrente: 000000-0

12.3. Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos Serviços Prestados, Objetos Locados e/ou Materiais fornecidos, conforme segue:

Descrição dos Serviços:

Contrato: XX/XXXX

Processo: 23110.028309/2019-31

Objeto: Execução da obra de reforma para adequação a imagenologia e radioterapia do hospital escola ufpeb ebserh, em Pelotas/RS.

Município: Pelotas

Competência: mês/Ano

Descrição Detalhada dos Serviços: ...

12.4. Em caso de objeto contendo diversos itens, na nota fiscal, deverá constar estes itens detalhadamente com seu respectivo valor unitário e total.

12.4.1. A nomenclatura dos itens (Dados ou Discriminação dos Produtos ou Serviços) deve obrigatoriamente ser a mesma que consta no Contrato.

12.5. De acordo com o ofício circular nº 11/2010, do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPel, a partir de 01/12/2010 todas as entregas devem vir acompanhadas da NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E), em substituição às notas fiscais modelo 1 e 1-A, conforme Protocolo ICMS 42/2009.

12.6. Apresentar, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os seguintes documentos:

12.6.1. Prova de Manutenção da Regularidade Fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. CLÁUSULA TREZE - DO PAGAMENTO

13.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários referidos na Cláusula Quarta – Do Valor, Dotação Orçamentária;

13.2. O HE-UFPEL/EBSERH deverá emitir os empenhos dos recursos para cobrir o pagamento dos serviços a serem contratados;

13.3. O HE-UFPEL/EBSERH reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato de aceitação, o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

13.4. Na hipótese da contratada ter pendência de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, o pagamento somente efetuar-se-á após a apresentação do comprovante de liquidação do débito;

13.5. O pagamento será feito sempre em razão do Regime de Execução adotado no edital;

13.6. Por tratar-se de caso de adoção do Regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, o pagamento será feito pelo sistema de prestação, por UNIDADES efetivamente executadas e comprovadas pela fiscalização, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, com a emissão, pela CONTRATADA, de faturas, devidamente acompanhadas da medição correspondente a partes da obra já executadas;

13.7. O pagamento do item “Administração Local”, conforme recomendação do Acórdão nº. 2.369/2011 – Plenário/TCU, será feito na proporção da execução financeira dos serviços em conformidade com o cronograma físico-financeiro, de forma a garantir que a obra chegue ao fim juntamente com a medição e o pagamento de 100% da parcela de administração local. Busca-se com esse critério que a contratada tome as medidas cabíveis para resguardar o ritmo programado da obra já que não será beneficiada com aditivos de valor por motivo de prorrogação de prazo em decorrência de atrasos pelos quais seja responsável. Ou seja, a % de medição do item “Administração Local” será a mesma % de avanço da obra, tal qual demonstrado no cronograma físico financeiro;

13.8. O pagamento dos itens relacionados à “aluguéis” será realizado conforme o cumprimento das etapas (meses) 1 à 3. Isso porque as locações serão realizadas para possibilitar a execução dos serviços durante os 3 meses. Ou seja, caso a medição demonstre que na etapa (mês) 2 foram realizados 100% dos serviços previstos na referida etapa, será pago 100% do previsto, para a etapa (mês) 2, dos itens “Aluguéis”. Da mesma forma, caso a medição demonstre que na etapa (mês) 3 foram realizados 75% dos serviços previstos na referida etapa, será pago 75% do previsto, para a etapa (mês) 3, dos itens “Aluguéis”. Cabe observar que o cronograma físico financeiro considera o pagamento de 33,33% dos itens “Aluguéis”, durante 3 meses (etapas 1 à 3), em concordância ao exposto neste parágrafo;

13.9. Nos casos em que o HE-UFPEL/EBSERH der causa a eventualidades que ensejem na impossibilidade da CONTRATADA cumprir o cronograma físico-financeiro da obra, o pagamento dos itens referidos em 8.7 e 8.8 será feito de forma proporcional aos elementos da composição que estiverem necessariamente mobilizados, disponíveis e em efetivo uso durante este período;

13.10. O pagamento dos itens relacionados à destinação dos resíduos, composições IE 017.2018 e IE 018.2018, será realizado mediante efetiva utilização, através de prévia autorização da fiscalização registrada em diário de obra.

13.11. Os demais itens da planilha orçamentária, inclusive estação de tratamento de esgoto, serão pagos mediante completa execução, observadas as unidades de medição;

13.12. A empresa deverá informar no documento fiscal o período de realização dos serviços;

13.13. Quando do processamento da última medição, deverá ser apresentada cópia autenticada da Certidão Negativa de Débito, da respectiva obra, expedida pelo INSS;

13.14. É vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação do serviço, contudo, na hipótese de algum estorno ou ajuste nas medições subsequentes ao efetivo pagamento, o benefício auferido pela CONTRATADA será deduzido dos créditos que a mesma fizer jus;

13.15. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

13.15.1. No prazo estipulado acima está incluído o tempo necessário para análise dos documentos apresentados pela contratada para o devido atesto da Nota Fiscal/Fatura.

13.16. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

13.16.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

13.16.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

13.16.3. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo.

13.16.4. Juntamente com a primeira medição de serviços, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

13.17. A CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.

13.17.1. No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

13.17.2. Os pagamentos das obras e serviços serão efetuados em reais com base nas medições mensais dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários propostos, com exceção da Administração Local, que será remunerada mensalmente com valor proporcional ao faturamento dos serviços de obras civis e de acordo com o montante global ofertado pela Licitante.

13.17.3. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

13.17.4. Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

13.18. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

13.18.1. O “atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

13.18.1.1. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

13.18.1.2. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.18.1.3. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

13.19. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando quaisquer ônus para a Contratante.

13.20. Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

13.21. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

13.21.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

13.21.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.22. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA.

13.23. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.24. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

13.25. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido poderá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

13.25.1. Caso haja atraso no pagamento, a contratada deverá solicitar o pagamento de encargos moratórios.

13.26. De acordo com o ofício circular nº 11/2010, da Coordenação de Finanças e Contabilidade da UFPel, a partir de 01/12/2010 todas as entregas devem vir acompanhadas da NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E), em substituição às notas fiscais modelo 1 e 1-A, conforme Protocolo ICMS 42/2009.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

- 14.1.1.** Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- 14.1.2.** Seguro-garantia; ou
- 14.1.3.** Fiança bancária.
- 14.2.** A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato. Caso a garantia não seja apresentada nesse prazo, a Contratante fica autorizada a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 14.2.1.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
- 14.3.** Será exigida garantia adicional, caso configurada a hipótese prevista do § 2º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.4.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, e deverá ser renovada em caso prorrogação contratual.
- 14.5.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 14.5.1.** prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 14.5.2.** prejuízos causados à Contratante, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 14.5.3.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada; e
- 14.5.4.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 14.6.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 14.7.** No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal mediante depósito identificando o crédito em nome da Fundação Universidade Federal de Pelotas, com correção monetária.
- 14.8.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 14.9.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 14.10.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 14.11.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá

proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

14.12. Após três meses do fim da execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

14.13. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.14. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no item 1.2, 'c', do anexo VII-B da IN SLTI/MPDG nº 05, de 2017, observada a legislação que rege a matéria.

14.15. Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

14.16. Será considerada extinta a garantia:

14.16.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.16.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017."

15. CLÁUSULA QUINZE - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da Administração Pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. CLÁUSULA DEZESSETE - DAS SANÇÕES

17.1. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicam-se às licitações e aos contratos regidos pela Lei 12.462/2011.

17.2. As sanções administrativas pelo descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

17.2.1. Advertência por faltas leves: assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

17.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, observando dispositivos específicos deste contrato para situações de atraso, descumprimento de normas de segurança do trabalho ou inadequações sobre procedimentos de serviços;

17.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Pelotas, pelo prazo de até dois anos;

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

17.3. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

17.4. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

17.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão recolhidos em favor da União, deduzidos da garantia, deduzidos dos valores a serem pagos, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ficando a empresa obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

17.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17.12. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o que, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

17.13. Se a multa aplicada for superior ao total da garantia prestada, a diferença será deduzida dos valores a serem pagos à CONTRATADA, podendo essa ser cobrada judicialmente.

17.14. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à UFPEL, decorrentes das infrações cometidas.

17.15. As infrações são cumulativas durante a vigência do contrato.

17.16. Nos termos do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita a multa, no caso de atraso injustificado na execução deste contrato, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa.

17.16.1. A situação de atraso na execução dos serviços previstos neste contrato serão computados nas respectivas medições das etapas previstas no cronograma físico-financeiro da obra. O valor da multa será estabelecido em função da seguinte tabela de enquadramento do atraso apurado nas respectivas medições:

Tabela de multas por atraso na execução dos serviços

Po	M%
Até 25% de atraso	Multa de 0,50% do total do valor do contrato.
De 25% a 50%	Multa de 1,00% do total do valor do contrato.
De 50% a 100%	Multa de 2,50% do total da valor do contrato.

17.16.2. A situação de atraso na execução dos serviços previstos neste contrato serão computados nas respectivas medições das etapas previstas no cronograma físico-financeiro da

obra. O valor da multa será estabelecido em função da seguinte tabela de enquadramento do atraso apurado nas respectivas medições:

$$[1 - (P_e / P)] \times 100 = P_o$$

e

$$R\$ C \times M\% = R\$ multa$$

Exemplo:

Se foi executado 20% (Pe) do previsto e deveria ter sido executado 30% (P), a Po será: $(1 - 20/30) \times 100 = 33,33\%$; indo na tabela acima vê-se que a multa será de 1,00% do valor total do contrato.

$$[1 - (P_e / P)] \times 100 = 33,33\% \text{ (ver tabela); então}$$

$$R\$ P \times 1\% = R\$ multa$$

onde:

Pe = % equivalente a medição, efetivamente executada pela empresa;

P = % da parcela em liberação do Cronograma;

Po = % em atraso da parcela;

R\$ C = Valor total do contrato, em Reais;

M% = % da multa à ser aplicada (de acordo com tabela);

R\$ multa = Valor da multa em Reais;

17.16.3. A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

18. CLÁUSULA DEZOITO - DAS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

18.1. A empresa Contratada deverá cumprir rigorosamente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, disponíveis no sítio eletrônico do próprio Ministério Público do Trabalho, no endereço www.mpt.gov.br, aplicáveis à atividade contratada.

18.2. O ato de fiscalização das Normas Regulamentadoras do MT será exercido pelos Fiscais da Obra, do Contrato e Engenheiros de Segurança do Trabalho da Contratante.

18.3. O descumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, após advertência registrada nos diários de obras, será passível de multa, aplicável pelo Fiscal do Contrato. O Valor da Multa está estabelecido em 0,2% do Valor Total deste Contrato, por cada item descumprido.

18.4. Os casos de reincidência pelo descumprimento de um determinado item da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, serão passíveis aplicação de fator multiplicador de 1,5, calculado sobre valor da multa antecedente.

19. CLÁUSULA DEZENOVE – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

19.1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1.1. Fica estabelecido entre as partes Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;

19.1.2. Este capítulo é parte indissociável do contrato firmado entre as partes;

19.1.3. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de fatores de avaliação, considerando a sua incidência e o grau atribuído a cada um destes fatores. A soma dos percentuais relativos aos graus das ocorrências notificadas definirá o valor mensal a ser glosado da Nota Fiscal da empresa no período avaliado;

19.1.4. A contratada obriga-se a aceitar a aferição dos serviços, conforme definição dos indicadores e descontos previstos neste Acordo de Níveis de Serviço;

19.1.5. Não será necessária a abertura de processo administrativo para adequação do pagamento;

19.1.6. O indicador eleito reflete fatores que estão sob o controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato, os quais são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços.

19.1.7. As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

19.2. DOS PROCEDIMENTOS:

19.2.1. O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE, com auxílio dos colaboradores do serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho e demais colaboradores do hospital acompanhará a execução dos serviços prestados;

19.2.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA por escrito. Na notificação deverá constar:

19.2.2.1. O relato detalhado da ocorrência verificada;

19.2.2.2. O dia e horário do acontecido;

19.2.2.3. O grau do desconto aplicado.

19.3. Poderão ser aplicadas glosas às Notas Fiscais/Faturas da Contratada por inadequação nos procedimentos e serviços executados, de acordo com Classes e Itens descritos nas tabelas a seguir:

Tabela de Classes e Respective Glosa por Inadequações de Serviços

Classe	Glosa
01	Glosa de 0,05% do total do valor do contrato.
02	Glosa de 0,03% do total do valor do contrato.
03	Glosa de 0,02% do total do valor do contrato.

Tabela de Inadequações de Procedimentos e Serviços

Item	Descrição	Cálculo.	Classe
------	-----------	----------	--------

1	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços;	Por funcionário, por dia.	01
2	Manter empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições;	Por funcionário, por dia.	01
3	Executar serviço incompleto, paliativo ou substitutivo, como por caráter permanente ou que prejudique o andamento da obra;	Por ocorrência.	02
4	Suspender ou interromper a execução dos serviços contratuais, salvo por motivos externos;	Por ocorrência.	03
5	Recusar-se a executar um determinado serviço solicitado pelo Fiscal de Obras;	Por ocorrência.	02
6	Deixar de refazer um serviço não aceito pelo Fiscal de Obras, nos prazos estabelecidos pelo contrato ou determinados pelo Fiscal.	Por ocorrência.	03
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem a anuência do Fiscal da Obra	Por ocorrência.	02
8	Utilizar indevidamente patentes e tecnologias registradas.	Por ocorrência	03
9	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo dos seus agentes.	Por ocorrência.	03
10	Utilizar as dependências da Contratada para finalidades externas à execução do serviço.	Por ocorrência.	03
11	Deixar de manter no canteiro a ART ou RRT de execução dos serviços contratados, inclusive dos subcontratados.	Por ocorrência.	03
12	Deixar de preencher o Diário de Obras, diariamente.	Por ocorrência, por dia.	01
13	Deixar de indicar e manter, durante a execução do contrato, o engenheiro ou arquiteto responsável técnico pela obra e engenheiro de segurança de trabalho (caso seja necessário, conforme exigido pela NR 04).	Por ocorrência.	03
14	Descumprir horários definidos no contrato ou indicados pela Fiscalização.	Por ocorrência, por dia.	01
15	Descumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso dos funcionários.	Por ocorrência, por dia.	01
16	Descumprir qualquer determinação formal da Fiscalização	Por ocorrência.	02
17	Deixar de manter e registrar frequência dos profissionais	Por ocorrência.	03

	e equipamentos da Administração da Obra, previstos nas quantidades e horários da planilha orçamentária.		
18	Não efetuar pagamentos de salários, vale-transportes, alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais dos funcionários e contratação de serviços.	Por ocorrência.	03
19	Não cumprir quaisquer especificações técnicas constantes do projeto básico, projetos, memoriais e demais documentos integrantes da licitação e contrato	Por ocorrência.	03
20	Empregar material fora das especificações técnicas	Por ocorrência.	02
21	Executar serviços não previstos contratualmente, sem prévia autorização da fiscalização.	Por ocorrência.	01
22	Deixar de realizar a prévia aprovação com o CONTRATANTE no que diz respeito aos projetos executivos.	Por ocorrência.	01

19.4. A notificação deverá ser feita em 02 (duas) vias, permanecendo uma delas com o preposto da empresa. A outra via ficará com o fiscal do contrato, na qual deverá ser colhida a assinatura do preposto;

19.5. Havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da empresa registrar suas razões no próprio termo de notificação;

19.6. O fiscal do contrato transmitirá à Contratada o resultado da avaliação dos indicadores em até 5 (cinco) dias após a ocorrência, para que a empresa prestadora dos serviços possa emitir a próxima Nota Fiscal / Fatura com a(s) respectiva(s) glosa(s);

19.7. As glosas serão sempre aplicadas na primeira Nota Fiscal / Fatura que for emitida após a notificação.

19.8. Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as Notas Fiscais / Faturas para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados;

19.9. Verificada a regularidade da nota fiscal, o Fiscal do Contrato juntará a estas os termos de notificação produzidos no período e os demais documentos pertinentes relativos ao cumprimento das obrigações trabalhistas, e os encaminhará para pagamento.

20. CLÁUSULA VINTE - DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Conforme Decreto 7.581/11, Art. 10º, será permitida a subcontratação, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, observado o disposto no referido artigo;

20.1.1. Destaca-se desde já que será permitida a subcontratação da solução completa da estação de tratamento de esgoto, inclusive projeto executivo, uma vez que a contratação trata de serviços de construção civil e de tratamento de efluentes (Etapa 8);

20.1.2. Para algumas etapas não serão admitidas a subcontratação, quais sejam: 3: Gradeamento, 4: Estação elevatória, 5: Barrilete, 6: Tubulações e Caixas de Inspeção/Passagem, 9: Casa de Máquinas, 10: Alimentação Elétrica, 11: Gradeamentos e 13: Administração Local;

20.1.3. As etapas: 1: Serviços Iniciais e Descarte Resíduos, 2: Movimentação de terra e pavimentação, 7: Estruturas em Radier em Concreto Armado e 12: Drenagem e Contenção Lateral poderão ser subcontratadas, caso a fiscalização entenda pertinente, mediante atendimento dos requisitos do Decreto 7.581/11;

20.1.3..1. Diante do exposto acima, observa-se que não há garantia da autorização da subcontratação das etapas citadas em 15.III;

20.1.3..2. Desde então destaca-se que serão autorizadas a subcontratação das atividades, mediante atendimento ao disposto no Decreto 7.851/11, das seguintes: 1.5 e 1.6 referentes à tratamento de resíduos, 2.5 referente à execução da pavimentação intertravada, 2.8, 2.9 e 2.10 referentes à ensaios laboratoriais, 12.11 e 12.12 referente à execução das tubulações de concreto para rede pluvial.

21. CLÁUSULA VINTE E UM - DO REAJUSTE

21.1. Os preços contratados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta. Na hipótese do prazo de execução da obra exceder o período de 12 (doze) meses, por motivos alheios à vontade da CONTRATADA, tais como: alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse do CONTRATANTE ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, por motivos alheios à CONTRATADA, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, ocorrida no período entre a data de apresentação da proposta e os 12 meses subsequentes, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte fórmula:

$R = P_p \times (\Delta INCC)$, onde:

R= valor do reajuste procurado;

Pp= Valor dos preços dos serviços inicialmente contratados a serem reajustados;

$\Delta INCC$ = Variação do INCC, entre a data limite de apresentação da proposta e 12 meses subsequentes;

21.2. O reajuste deverá ser pleiteado até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de não o fazendo de forma tempestiva, ocorrer a preclusão do direito do contratado de requerer posteriormente o reajuste que teria direito;

21.3. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do aniversário da proposta, utilizar-se-á a última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente no certificado de pagamento seguinte, tão logo seja divulgado o índice definitivo.

21.4. No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da CONTRATADA, os reajustes serão calculados até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

21.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

21.6. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

22. CLÁUSULA VINTE E DOIS - DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

22.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

23. CLÁUSULA VINTE E TRÊS - DA RESCISÃO

23.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente contrato.

23.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

23.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

23.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

23.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

23.4.3. Indenizações e multas.

23.5. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93. A rescisão deste contrato pode ser:

23.5.1. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

23.5.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

23.5.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

23.6. A CONTRATADA declara reconhecer os direitos da CONTRATANTE no caso da rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei nº 8.666/93.

23.7. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.8. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

23.9. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DA RESPONSABILIDADE

24.1. Caberá à licitante vencedora providenciar, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, a devida Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica – ART/RRT relativa aos serviços objeto do presente contrato, de acordo com a legislação vigente.

24.2. O responsável técnico pelos serviços a serem desenvolvidos deverá ter vínculo formal com a CONTRATADA e deverá ser o indicado na fase de habilitação do certame licitatório.

24.3. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela segurança e solidez da obra durante o prazo estabelecido no artigo 618 do Código Civil Brasileiro, e bem assim pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra, instalações para obras, e, ainda, pelo cumprimento dos elementos técnicos fornecidos pela Chefia de Obras, e, também, pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, na forma do disposto no artigo 70 da Lei nº. 8.666/93.

25. CLÁUSULA VINTE E CINCO - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

25.1. Consoante art. 6º da IN nº 01/2010 SLTI/MPOG, a empresa contratada deverá, no que for aplicável:

25.1.1. produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

25.1.2. adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

25.1.3. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

25.1.4. respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

25.2. A licitante vencedora deverá confeccionar plano de gerenciamento de resíduos da construção civil.

26. CLÁUSULA VINTE E SEIS – DAS VEDAÇÕES

26.1. É vedado à CONTRATADA:

26.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

26.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

27. CLÁUSULA VINTE E SETE – DOS CASOS OMISSOS

27.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

28. CLÁUSULA VINTE E OITO – DA SUBROGAÇÃO

28.1. Com a assinatura do Contrato de Gestão celebrado entre a Universidade Federal de Pelotas – UFPel e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH para a gestão especial gratuita dos hospitais universitários da UFPel, foi criada uma nova filial da referida empresa em Pelotas – RS e como consequência os contratos firmados com o Hospital Escola poderão ser sub-rogados para esta filial.

29. CLÁUSULA VINTE E NOVE - DA PUBLICAÇÃO

29.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

30. CLÁUSULA TRINTA- DO FORO

30.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Pelotas - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, bem como, os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Júlio César Araújo das Neves

Assistente Administrativo

SIAPE 3042128